

# Um milagre que multiplicou os diplomados

ALCYR CAVALCANTI

O Mobral completa 15 anos exibindo o atestado de fracasso na missão de erradicar o analfabetismo

Os 7 filhos, 28 netos e 14 bisnetos de dona Maria das Dores Lopes, 86 anos, tiveram uma grande surpresa na última reunião festiva da família na sua casa no bairro Jardim América, na periferia de Belo Horizonte. Inquirida pelos bisnetos em idade escolar, dona Maria revelou um segredo que guardava há onze anos. Apesar da vida dura no interior e depois na capital, onde arrancou o sustento como costureira, dona Maria garantiu aos netos que era alfabetizada. "Foi muito gozado. Fui no quarto e peguei um diploma do Mobral com meu nome e mostrei a eles." Os bisnetos só se recobriram do espanto quando dona Maria explicou melhor: "Não é de verdade. Em 1974 assisti umas duas aulas na igreja de São Jorge e dois meses depois fui convidada para ir receber o diploma".

Na sua pequena farsa bem-humorada da semana passada em Belo Horizonte, dona Maria das Dores não estava sozinha.

Ela foi uma das coadjuvantes anônimas de uma trapaça sem igual na história do Brasil. Criado em 1970 como um dos mais ambiciosos projetos de impacto do governo do general Garrastazu Médici, o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) prometia, em meio ao grande alarido ufanista do chamado milagre brasileiro, varrer o analfabetismo do país em apenas dez anos, ensinando a ler a todos os 18,2 milhões de brasileiros com mais de 15 anos que haviam perdido a chance de frequentar a escola na idade certa. Passados quinze anos da formação das primeiras classes, a contabilidade desse projeto de impacto é escandalosa. Dos 40 milhões de pessoas que se inscreveram nos cursos do Mobral durante toda sua existência, 15 milhões receberam seus diplomas - como dona Maria das Dores -, mas apenas 1,5 milhão destes podem ser considerados realmente alfabetizados, porque continuaram estudando depois. Apenas essa insignificante parcela dos diplomados pode, hoje, ler um jornal ou escrever uma carta. Trata-se do maior derame de documentos oficiais falsos já realizado no país.

No auge do prestígio do Mobral, valia tudo. Seu presidente mais identificado com o ufanismo do projeto de impacto, Arlindo Lopes Correa, simplesmente fabricou estatísticas que indicavam o fim do analfabetismo no país. Em 1979, segundo anunciou Arlindo, o Brasil teria reduzido seus analfabetos a apenas 11,1% da população. Esse índice, se verdadeiro, colocaria o Brasil - segundo os critérios da UNESCO, órgão da ONU encarregado da educação - na classificação de país livre do analfabetismo. O



Sede do Mobral no Rio: fracasso de 3 trilhões



Dona Maria: diplomada de mentira

Censo do IBGE de 1980, um ano depois da bravata de Arlindo, derrubou todos esses números imaginários - o país estava onde sempre esteve, com uma queda quase imperceptível no número absoluto de analfabetos. O truque, descoberto depois, era simples: cada monitor de turma recebia por aluno alfabetizado, e não por tempo gasto nas aulas - um claro incentivo ao inflacionamento das estatísticas. Graças a isso, tornou-se comum o aluno que passava até quatro vezes pelo Mobral, recebendo um diploma para cada vez que frequentasse o curso. Se quantitativamente as fraudes foram flagrantes, a qualidade do ensino ministrado pelo Mobral demorou a ser avaliada, pois não havia nenhum programa oficial de verificação da persistência do aprendizado depois de terminado o curso. Para uso interno, no entanto, o Mobral fez em 1977 uma pesquisa para descobrir até que ponto os diplomados haviam retido alguma habilidade no manuseio do lápis. Temerosos do resultado que poderiam aparecer na pesquisa, os técnicos do Mobral sabatinaram apenas 150 diplomados. Desses, 66 acertaram todas as questões de leitura, 18 acerta-

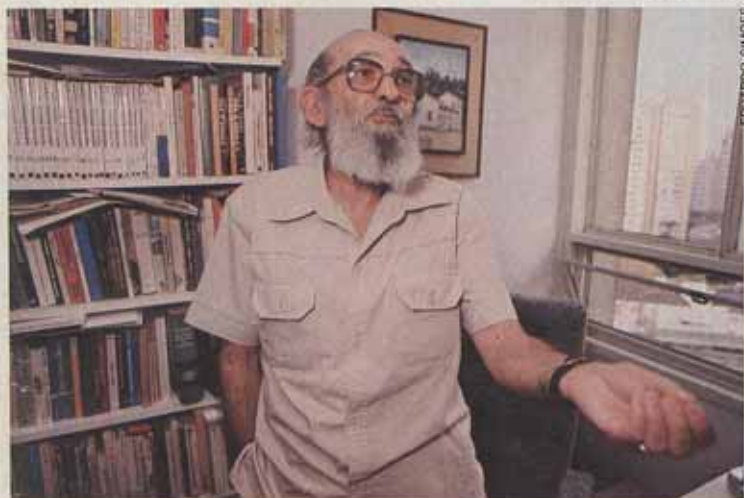


ram todos os quesitos de escrita e 46 tiveram sucesso nas questões de cálculos. O resultado até que seria excelente para um programa tão ligeiro quanto o ministrado nos seis meses de curso. O teste do Mobral, no entanto, fugia a todas as regras de controle mais elementares. As questões de leitura eram de múltipla escolha: o aluno olhava uma figura e marcava o quadrinho ao lado da palavra correspondente. A prova de escrita pedia apenas ao diplomado para escrever o nome de uma figura desenhada. Erros de grafia e acentuação foram desprezados sempre que o garrancho escrito guardasse semelhança com a palavra certa. A mesma pesquisa revelava também como os números do Mobral

1970. Ou seja, nesses quinze anos, o número de analfabetos dentro da população total do país caiu em 2,7%. "Mesmo a participação do Mobral nesse insignificante índice é discutível", diz Vanilda, "pois ele inclui também as pessoas que foram alfabetizadas pelas escolas da rede oficial, não ligadas ao Mobral". Outros dados são mais dramáticos: além dos 20 milhões de completos analfabetos, outros 30 milhões de brasileiros não conseguem entender uma notícia de jornal, ler uma bula de remédio ou decifrar um itinerário numa placa de ônibus. A situação assume as dimensões de uma chaga nacional no Nordeste. Lá, o índice de analfabetismo total é de 54% da população - taxa que só é batida

dente do Mobral. Ainda em peregrinação pelo país à cata de sugestões sobre o que fazer com o órgão que dirige, Barreto vem encontrando pelo caminho sugestões de toda espécie. A mais promissora delas, que arrancou elogios dos mais ferozes críticos do Mobral, talvez seja mais ousada que a proposta radical da professora Vanilda: adotar no Mobral as idéias pedagógicas do pernambucano Paulo Freire - autor das diretrizes dos planos de alfabetização do governo João Goulart antes do golpe militar de 1964.

"A colaboração de Paulo Freire é extremamente importante para qualquer órgão de educação no mundo", explicava na semana passada Vicente Bar-



Paulo Freire: destinatário de um recado...



... que dom Avelar Brandão prefere minimizar

eram inflacionados: quase 20% dos examinados tinham obtido duas vezes o diploma e quase 4% já tinham cursado o Mobral mais de três vezes.

Além de não ensinar quase ninguém, o projeto de impacto do general Médici atravessou sucessivas gestões presidenciais provocando rombos consideráveis: nada menos de 3 trilhões de cruzeiros foram gastos nesses quinze anos para um resultado que pode até ser considerado negativo. "Se esse dinheiro tivesse sido aplicado no ensino elementar, os resultados teriam sido melhores", garante a professora Vanilda Paiva, diretora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, a quem o falecido presidente Tancredo Neves havia encomendado um estudo sobre o Mobral.

Manejando contas simples e irrefutáveis, Vanilda deixa a nu o milagre do Mobral. Em 1970, quando foi disparado o programa, 33,6% dos brasileiros eram considerados analfabetos completos, por terem passado dos 15 anos sem aprender a ler e escrever. Agora, esse número é de aproximadamente 20 milhões, mas, como a população em geral cresceu num ritmo mais acelerado, a porcentagem é, na verdade, ligeiramente melhor que em

pela média dos países africanos, os mais atrasados do mundo.

Doutora em educação e sociologia pela universidade alemã de Frankfurt, Vanilda foi drástica tanto no diagnóstico quanto na terapia para o Mobral. "A alocação de recursos para esse programa de alfabetização de adultos, em vez de atender prioritariamente as escolas do 1º grau - que alfabetizam as pessoas na idade certa -, é a causa do adiamento da solução definitiva do problema do analfabetismo e do ensino básico." Nas dez páginas de seu estudo encomendado por Tancredo, Vanilda propõe uma solução singela: fechar o Mobral. "O país vive um momento muito especial, onde uma campanha de alfabetização pode dar ótimos resultados, mas nunca se for patrocinada por uma instituição tão desgastada como o Mobral." O melhor a fazer, segundo a professora, é repassar os vultosos recursos do órgão "para uma nova fundação de amparo ao ensino fundamental, fortalecendo o Ministério da Educação".

"Fechar não é a solução", contesta Vicente Barreto, 46 anos, professor de filosofia e direito nas Faculdades Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, e atual presi-

reto. "Para nosso programa, essa colaboração vai ser importantíssima." O namoro é recente. Exilado durante quinze anos, Paulo Freire, 63 anos, ainda está relutante em voltar a trabalhar num órgão oficial. Apenas em junho passado voltou a participar, descompromissadamente, de uma reunião patrocinada pelo Ministério da Educação. Em agosto, foi procurado em Recife por Barreto, "Tudo bem", disse Freire, "não tenho por que negar uma contribuição que possa dar, mas não quero aceitar nenhum cargo, nem mesmo a função de assessor, para manter minha independência profissional e política".

A discreta aproximação, ainda longe de ser oficializada, já fez acender sinais de alerta de vários tipos. A principal razão é a participação de Freire no Plano Nacional de Alfabetização, posto em prática pelo governo João Goulart antes de 1964. Impulsionado por um vasto movimento reformista, o plano ia usar como mão-de-obra estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), recursos dos sindicatos e do governo, não só para alfabetizar, mas também para incutir nos alunos a consciência das relações sociais. →



No Brasil da época, isso significava, basicamente, ensinar o analfabeto a escrever sobre sua condição de inferioridade social e econômica. A idéia de Paulo Freire não era apenas ensinar o analfabeto adulto a rabiscar o nome – como se transformou em norma nos tempos do Mobral – mas também dar ao aluno uma compreensão do mundo que o cercava. O mais explosivo no método Paulo Freire, no entanto, é que a leitura e a escrita eram encaradas como ferramentas de

FOTOS: ALCYR CAVALCANTI



*A diplomada Linda de Souza: medo do flagrante analfabetismo*

mudança da situação social. Exilado, Freire teve seu método adotado em outros países e acabou consagrado mundialmente como educador. A vitrina mais vistosa dos resultados de seu método está na Nicarágua. Logo depois da revolução sandinista, em 1979, brigadas de alfabetizadores conseguiram ensinar a ler cerca de 500 mil pessoas em apenas seis meses.

Foi graças a esse feito, no entanto, que Freire entrou na mira de inimigos mais altos que regime militar brasileiro. O programa de alfabetização de Paulo Freire na Nicarágua foi o estopim de um profundo desentendimento que cindiu a Igreja nicaraguense e recebeu veemente condenação do papa João Paulo II (*leia quadro na página 59*).

Não foi surpreendente, portanto, que

um sinal de alarma soasse também em Roma às primeiras notícias da volta de Paulo Freire ao seu ofício de educador de grandes multidões. Recebidos na última segunda-feira para um encontro que deveria ser rotineiro, 36 bispos brasileiros do Nordeste ouviram o papa João Paulo II dissertar durante vinte minutos, em português, sobre os problemas da alfabetização no Brasil. Cauteloso, dom Avelar Brandão, que falou durante oito minutos em nome dos bispos brasileiros, preferiu não destacar a ênfase que o papa deu à ideologização da alfabetização – talvez temendo ver aflorar no Brasil o mesmo fantasma da cisão que castiga a Igreja nicaraguense.

As palavras do papa, no entanto, vêm carregadas dos mesmos tons decididos que habitualmente são reservados aos sandinistas. “Uma alfabetização que conduziu enganadoramente o alfabetizando a uma sujeição ideológica não seria um processo de libertação, mas de uma nova escravidão, tanto mais grave quanto vestida das aparências da libertação”, disse o papa João Paulo II aos 36 bispos brasileiros. E prosseguiu fazendo algumas recomendações: “Esconjurar qualquer processo de alfabetização que, por seus métodos ou seus objetivos, mais ou menos velados, tendesse a ‘conscientizar’ o alfabetizando, se a este termo se dá o sentido de condicioná-lo a uma determinada ideologia ou esquema mental do tipo sociopolítico, diminuindo sua liberdade de discernimento e de opções pessoais”.

Se dom Avelar Brandão foi cauteloso, o teólogo beneditino dom Estêvão Bittencourt procurou não deixar a menor dúvida do que entendeu da mensagem do papa. “O papa fez uma referência direta ao professor Paulo Freire e a seu

método de alfabetização, tão difundido não só no Nordeste como no Brasil e no exterior.” “João Paulo II”, fulminou dom Estêvão, “fez uma clara referência à tática de Paulo Freire. Através de palavras capciosas e uma visão equivocada da função do aluno e do professor, Paulo Freire induz ao marxismo”.

O troco foi imediato. “A alfabetização asséptica não existe”, respondeu de Recife Paulo Freire. “Os que tentam vestir a educação com uma

roupagem de neutralidade incidem, na prática, numa fuga da realidade. A farsa da educação neutra só serve às classes dominantes.”

O rápido tiroteio entre Paulo Freire e dom Estêvão Bittencourt na semana passada está longe de ter esgotado os arsenais dos dois lados, prenunciando, fatalmente, uma batalha da alfabetização tão acirrada como a que envolveu e envolve a reforma agrária. Para os defensores de uma reforma do Mobral, o órgão ainda tem um saldo positivo, cujo exemplo acabado é o alfabetizado-padrão da década de 70. Linda Glória de Souza, 28 anos, empregada doméstica de uma suntuosa residência na Barra de Tijuca, no Rio de Janeiro, alfabetizada há três anos pelo Mobral, sabe até hoje desenhar seu nome. Mas vive permanentemente a an-



*Ana Maria: voto de confiança*



*Vanilda: melhor fechar o Mobral*



gústia de não saber ler. Tendo perdido vários empregos depois de flagrada em seu analfabetismo, Linda contornou o problema desenvolvendo uma invulgar memória para decorar os ingredientes de receitas ditadas pela patroa. "Mas quando saio na rua só posso ir onde já fui antes. Não sei ler onde passam os ônibus." Prisioneira desse tormento, Linda é um caso que chama a atenção da nova secretária executiva do Mobral no Rio de Janeiro, Ana Maria Brasileiro, cientista política formada pela Universidade de Essex, na Inglaterra, que afirma estar dando um "voto de confiança" à nova administração. "Para evitar a regressão das pessoas que um dia aprenderam a ler, o Mobral não pode durar apenas seis meses. Deverá durar o mesmo tempo das quatro primeiras séries do 1º grau, permitindo ao aluno a leitura, escrita, interpretação de textos, cálculos e conhecimentos gerais." O principal argumento de Ana Maria é que a atual estrutura do Mobral não deve ser apagada. De fato, o órgão montou, ao longo desses quinze anos, agências em 4.117 dos 4.121 municípios do Brasil - recorde batido apenas pelas agências do Correio. Para operar esse sistema capilar, 3.300 funcionários coordenam o trabalho de 125 mil monitores. No entender de Ana Maria, o estrangulamento do sistema está na baixa qualificação do agente de alfabetização - o que poderia ser remediado com mais verbas e mais programas de treinamento.

As descrições do novo Mobral que está sendo gestado na Nova República, no entanto, pelo menos nas divagações do seu presidente, Vicente Barreto, são mais ambiciosas. Se depender do que ele tem dito em suas peregrinações pelo

JARBAS JR.



Barreto: pensando num mutirão

país, ouvindo opiniões, o novo Mobral será menos técnico e mais animado por um amplo movimento, à semelhança do que sugere Paulo Freire. "Sindicatos, igrejas, associações de moradores, centros comunitários, todos serão envolvidos no novo programa de alfabetização do Mobral. Os aposentados, por exem-

plo, um engenheiro ou um contador, seriam transformados em pouco tempo em excelentes alfabetizadores. Vamos valorizar a participação social das pessoas que estão paradas."

"Deve haver um verdadeiro mutirão nacional para enfrentar o problema", explica Barreto, sonhando com um plano que toma contornos, pelo menos nos agentes envolvidos, semelhantes às propostas da UNE e dos sindicatos antes de 1964. Na semana passada, em Recife, Barreto já tratava de encontrar fórmulas práticas que viabilizem essa participação. Ao presidente da Caixa Econômica Federal, Marcos Freire, propôs conceder aos estudantes que se engajarem no Mobral uma dedução no crédito educativo. "Aí, sim", explica Barreto, "vamos ter uma mão-de-obra qualificada".

Longe de considerar essa possibilidade como uma volta ao passado, mergulhado num clima de um movimento pró-reformas que o regime de 1964 enterrou, Paulo Freire dá sinais de animação com os planos de Barreto: "Hoje, mais do que ontem, existe no Brasil um clima favorável à aplicação do método de alfabetização que sistematizei. O governo atual, ao que me parece, deverá possibilitar algumas experiências no campo pedagógico". ▲

AP



João Paulo II e os bispos brasileiros: fantasma da Nicarágua

## Sinal de alerta do sandinismo

O papa João Paulo II tem boas razões para preocupar-se com os efeitos colaterais das campanhas alfabetizadoras na América Latina. Na Nicarágua, os revolucionários sandinistas, tão logo se assentaram no poder, em 1979, armaram um plano nacional para a erradicação do analfabetismo, inspirado, justamente, na *Pedagogia do Oprimido*, do brasileiro Paulo Freire. Isto foi a gota d'água para a cisão irremediável da Igreja Católica no país. O cardeal de Manágua, dom Miguel Obando y Bravo, um anti-sandinista ferrenho, abriu suas baterias contra a "escada de comunização". Mas a cha-

mada "Igreja Popular", aliada ao governo, ignorou solenemente as advertências de dom Obando y Bravo e assumiu totalmente a batalha da alfabetização.

Durante sua visita ao país, em março de 1983, o próprio João Paulo II viu-se seriamente molestado, enquanto celebrava uma missa, em Manágua, tendo de ouvir os refrões políticos que ecoavam da massa de assistentes: "Viva o poder

popular" e "Queremos a paz". O papa daria o troco, na cidade de León, alertando contra as escolas "inspiradas no ateísmo". A alfabetização na Nicarágua, contudo, desperta simpatias entre o alto clero brasileiro. "Vamos deixar de lado os preconceitos", diz dom Angélico Sândalo Bernardino, bispo auxiliar de São Paulo. "O povo da Nicarágua", enfatiza, "tem muito o que nos ensinar".